

INCOMPREENDIDA, DESRESPEITADA, MUITAS VEZES ABANDONADA, A CIDADE QUE MAIS PARECE UMA GRANDE OBRA-DE-ARTE COMPLETA 41 ANOS À ESPERA DE MAIS CUIDADO E PRESERVAÇÃO

Respeito é bom e Brasília gosta

Fotos: Acácio Pinheiro



ESTACIONAMENTO

ÁREAS PÚBLICAS SE TRANSFORMAM EM ESTACIONAMENTOS IRREGULARES EM VÁRIOS COMÉRCIOS DO PLANO PILOTO. O LOCAL É PREENCHIDO COM BRITA E AREIA, O QUE NÃO CARACTERIZA UMA CONSTRUÇÃO, MAS É A PROVA DA APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE UM ESPAÇO PÚBLICO

BICICLETÁRIO

ASSIM COMO OS SALÕES DE FESTAS CONSTRUÍDOS NO TÉRREO DOS BLOCOS, OS BICICLETÁRIOS TAMBÉM PRIVATIZAM O ESPAÇO PÚBLICO. ALÉM DISSO, TAMBÉM É UMA BARREIRA AOS PEDESTRES



AS BARREIRAS NO TÉRREO DOS PRÉDIOS IMPEDEM O LIVRE ACESSO AOS BLOCOS, UMA AFRONTA AO PROJETO ORIGINAL DE LUCIO COSTA. ALÉM DAS GRADES, CERCAS VIVAS, CORRENTES E MURETAS SÃO OBSTÁCULOS AOS PEDESTRES. SOB O ARGUMENTO DA SEGURANÇA, MORADORES JUSTIFICAM A IRREGULARIDADE



GRADES

Tarciano Ricarto e
Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**



Faça o teste. Experimente atravessar uma superquadra do Plano Piloto a pé por entre os blocos. Planeje um trajeto em diagonal e comece a caminhada. Ultrapasse o primeiro prédio, admire a paisagem e perceba que a arquitetura de Brasília permite que se ande livremente no térreo dos blocos. Singularidade do urbanismo moderno.

Etapa vencida, o segundo passo é atravessar a rua e entrar no bloco seguinte. Obstáculo à vista. Desvie um pouco da cerca verde, pule a mureta lateral e, com certa dificuldade, cumpra mais um trecho do percurso. A essa altura já deu para perceber que o trânsito livre era coisa do primeiro bloco. Mas não desista. Passe ao terceiro.

Mais cerca verde, mais mureta. E, agora, uma grade também. É necessário parar e descobrir, entre essa e aquela barreira, um acesso ao bloco. Você encontra. Mas precisa desviar dos carros estacionados embaixo dos apartamentos. O quarto bloco está logo ali, mas o trajeto planejado jamais será cumprido. Desista. Decididamente, você não é o ci-

dadão que o urbanista Lúcio Costa sonhou para Brasília. Quando ele projetou a cidade, em 1957, pensou que qualquer pessoa seria capaz não só de vencer um, dois, três blocos, mas dez, vinte... Na verdade, todos os que existissem no Plano Piloto. A idéia era que o pavimento térreo fosse um espaço democrático, de livre acesso.

São pequenas intervenções que estão descaracterizando o plano original de Brasília. É a cerca verde, a grade, o jardim, a mureta, a corrente, o banco... Artefatos simples colocados de frente aos blocos, que poderiam significar a apropriação da cidade pelos moradores.

Mas do ponto de vista do tombamento, são apropriações indebitas. Impedem o livre acesso, criam espaços privados e desvirtuam aquele tal espírito democrático dos sonhos do urbanista. Resultado de ações simples dos próprios moradores, que desconhecem ou ignoram as regras da preservação.

Como epidemia, os pequenos delitos se espalham pela cidade. Não são exclusividade das superquadras. Há quiosque em área tombada, faixa publicitária em árvore, carro estacionado em área verde, casa em lugar de comércio, comércio em lugar de casa... De fato, há muita gente, por toda parte, fazendo coisa que não deveria.

E o que é pequeno se torna grande. O pontual se generaliza. E o probleminha vira problemão.

As críticas, comumente, recaem sobre as agressões mais visíveis ao plano original da cidade. Mas várias aberrações que se alastram em cada canto de Brasília começaram pequenas, quase imperceptíveis. Alterações que fizeram desaparecer características que hoje só existem nas lembranças de antigos moradores.

O arquiteto Sérgio Brandão, consultor do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), lembra com saudade das árvores ao longo das quadras 700, na W3 Norte. "Discretamente, sumiram. Foram cortadas para dar lugar à exposição dos carros, nas concessionárias", lamenta. "São coisas que os novos moradores não percebem e que significam menos qualidade de vida".

São dezenas de exemplos. Que mal poderia haver em ocupar um metro da área pública para ampliar uma loja do comércio local? "Nenhum", responderia muita gente. Nenhum, se fosse caso isolado. O problema é que o vizinho gosta da idéia e imita. E aí um metro não é mais suficiente. Por que não dois, três ou quatro?

Assim começaram as invasões dos comércio das entrequadras. Sob o argumento de que as lojas eram pequenas, surgiram as varandas e *puxadinhos* nas laterais e nos fundos. Que, há anos, governo e órgãos de preservação se batem para exterminar. Sem sucesso.

A polêmica impera entre os que defendem arrancar as invasões e os que são pela regularização. O governo calcula que 52% dos comércios locais da Asa Sul inva-

diram área pública. Na Asa Norte, são 22%. Atualmente, comerciantes e defensores do patrimônio discutem uma alternativa que permita uma espécie de invasão padronizada.

Estudo elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) sugere um avanço de quatro metros das comerciais. A opção, argumentam os técnicos, não comprometeria o patrimônio: a relação entre altura e largura das lojas seria mantida, o cinturão verde ao redor da superquadra permaneceria inalterado e, de certa forma, o clamor dos comerciantes por mais espaço seria atendido.

Mas enquanto os técnicos do Iphan estudam alternativas que não interfiram no tombamento, deputados distritais legislam contra o patrimônio da cidade. Para regularizar o que foi desvirtuado, surgem novas leis na Câmara Legislativa, alterando destinação de área, mudando taxa de ocupação e modificando gabarito de edifícios.

Pesquisa feita pela arquiteta Tânia Battella, coordenadora da Comissão de Políticas Urbanas do IAB/DF, revela que os deputados distritais e o Governo do Distrito Federal aprovaram, entre janeiro de 1995 e julho de 2000, 101 projetos de lei que tratam de interferências no plano

urbanístico do Plano Piloto.

Foram leis como essas que transformaram as casas geminadas das 700 em palacetes de dois e de até três andares. Na Asa Norte, o gabarito das edificações passou de oito para 12 metros. Nova regra que não disciplinou o problema. Os moradores continuaram fazendo ajustes, dando o toque pessoal. O resultado é uma despadronização que os arquitetos mais críticos apelidam de cortiços de Brasília.

Outros arquitetos, entretanto, consideram legítimas as modificações impressas à cidade por seus moradores. "Alguém pode questionar se as reformas das 700 são de bom gosto ou não. Mas o morador tem todo o direito de aumentar sua casa. O problema não é das pessoas, mas de um urbanismo irrealista", argumenta Sylvia Fischer, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília (UnB).

A arquiteta vê essas mudanças sob um viés positivo. "Tem gente que fala que o crescimento está deturpando Brasília. Na verdade, ele é um dos indicadores da vitalidade urbana". E continua: "Acho bobagem reclamar das cerquinhas, das grades... Isso não é delito. Pior são os absurdos permitidos pela própria legislação de tombamento como a construção de rampa de estacionamento fora do bloco, o que é uma barreira maior que a cerquinha".

OSCAR NIEMEYER